

CENÁRIOS

Cenário de Inclusão e Exclusão

O modelo histórico de estruturação da rede urbana regional impôs padrões de desigualdade intra-regional, produzindo segmentos territoriais seletivamente qualificados para atrair investimentos e participar de circuitos econômicos mundializados, distinguindo-se em termos sociais e econômicos dos segmentos estagnados e isolados à sua volta.

Neste ambiente social, econômico e, principalmente, político, marcado pelas incertezas do processo de globalização contemporâneo, algumas perspectivas remetem necessariamente aos rumos que irão tomar os principais vetores de transformação presentes no Baixo Parnaíba.

Esses vetores, representados primordialmente pela expansão do turismo e, secundariamente pela carcinicultura, ao mesmo tempo em que trazem riscos e oportunidades a essa área, sinalizam também que, estrategicamente, seu futuro imediato está mais atrelado ao contexto de mudanças operadas na região do arco litorâneo nordestino, do que ao eixo fluvial que presidiu seus ciclos econômicos anteriores de inserção no mercado nacional e internacional.

A construção de novas dinâmicas de articulação da rede urbana da área de estudo delinea alguns cenários possíveis de inserção da cidade de Parnaíba e sua região de influência imediata nos fluxos econômicos estaduais, regionais e nacionais/internacionais.

Nesse sentido, é emblemática a construção, nos dias atuais, da imagem cosmopolita do “Delta das Américas”, enquanto componente de um corredor turístico que se quer globalizado, em substituição ao “Delta do Parnaíba”, estritamente identificado ao eixo fluvial interiorano e à cidade que se desenvolveu a partir dele.

O predomínio maranhense da área física ocupada pela região deltáica, assim como a proximidade dos Lençóis Maranhense contribui, também, para construir o “deslocamento” das referências territoriais e simbólicas do Delta do Parnaíba, retirando do estreito litoral piauiense e de sua principal cidade a primazia, até então mantida, de referência regional mais imediata. A implantação em Barreirinhas (“O Portal dos Lençóis”), no litoral maranhense, de um aeroporto para aviões de grande porte forneceria a infra-estrutura básica para alavancar os investimentos no turismo de massa credenciando, assim, essa cidade como uma nova porta de acesso ao corredor costeiro balizado entre Fortaleza e São Luís .

A acentuada seletividade que envolve, na atualidade, a escolha de espaços que irão receber investimentos privados fica ainda mais evidenciada quando se trata do capital aplicado no turismo de massa ao privilegiar a faixa litorânea que constitui o produto mais imediato de venda para as populações dos países temperados.

O processo de valorização seletiva do espaço regional pelo turismo promove, desse modo, uma diferenciação inicial entre municípios litorâneos e interiores que se não aprofunda desigualdades acabam, ao menos, criando oportunidades diferenciadas de acesso aos investimentos privados.

Um cenário possível para o futuro da região do Baixo Rio Parnaíba seria, desse modo, o de acentuação das forças desagregadoras da coesão regional, ampliando as vantagens (ou as desvantagens) competitivas existentes entre alguns municípios com potencial natural para o desenvolvimento do turismo litorâneo e aqueles destituídos desse potencial e localização estratégica.

Prevaleceria, nesse cenário, a lógica do capital transnacional, que domina o setor de turismo de massa na ordenação das atividades econômicas, o que conduzirá a tensões inter-regionais ampliadoras das diferenças e oportunidades de crescimento entre aqueles municípios passíveis de serem incluídos na nova dinâmica e aqueles dela excluídos *a priori*. Entre esses últimos, prevaleceria a reprodução de um ambiente econômico estagnado e de elevado índice de pobreza, associado a um quadro demográfico de baixa evolução populacional e elevada proporção de população rural.

A manutenção de tais características em alguns municípios, que correm o risco de se manterem alijados das principais redes de informação e inovações, sinalizaria, assim, para um cenário no qual a sobrevivência socioeconômica de suas populações continuasse a se equilibrar a partir de serviços básicos oferecidos pela administração municipal, além das políticas compensatórias provenientes da esfera federal. De modo geral, algumas administrações vêm conseguindo resultados positivos na redução das formas mais agudas de manifestação da pobreza e da exclusão social no interior do país.

Esse quadro indica que as políticas voltadas à superação da exclusão social que poderiam ter impacto nos municípios mais pobres, devem continuar a ser, em qualquer cenário futuro, ligadas ao desenvolvimento rural, embora, na atualidade, tais políticas estejam, cada vez mais, associadas ao que se entende como sendo atividades urbanas, como o crédito, equipamentos modernos, irrigação, capacitação profissional e serviços de assistência.

Em um cenário mais positivo, a política nacional de turismo conseguiria atenuar a tendência à ampliação das diferenças inter-regionais descentralizando os recursos e intensificando a articulação territorial dos municípios mais isolados, possibilitando, assim, a sua inserção em circuitos turísticos complementares aos fluxos litorâneos dominantes, tanto no sentido da valorização do aproveitamento da paisagem lagunar como na exploração do próprio artesanato local.

Se o trinômio hotéis litorâneos - produção artesanal - produção cultural for possível (ARAÚJO, 1995), um modelo de desenvolvimento menos excludente pode ser viável e, até mesmo, servir para minimizar as desigualdades inter-regionais na área do Baixo Rio Parnaíba.

Nesse sentido, a utilização descentralizada dos recursos do PRODETUR constitui um fator fundamental para completar os grandes hiatos atualmente existentes na ligação viária intra-regional, articulando as sedes municipais e, quando possível, adensando a rede de estradas vicinais. A prevalência de critérios políticos que permita superar a rigidez da lógica econômica estaria subjacente em uma maior diversificação e distribuição geográfica menos concentrada dos recursos destinados à promoção do turismo.

O posicionamento de Parnaíba na rede urbana regional ficaria, no futuro, na dependência da capacidade demonstrada por esta cidade de consolidar sua influência sobre os centros urbanos e as atividades desenvolvidas ao longo do extenso segmento litorâneo situado entre Fortaleza e São Luís. A sua forma de inserção nos novos vetores de transformação que começam a atuar na área do Baixo Rio Parnaíba seria, assim, um fator central visando à reversão da tendência declinante demonstrada por alguns indicadores econômicos do município de Parnaíba.

A configuração da área de influência da cidade de Parnaíba, em meados dos anos 90, deixa evidenciado o espraiamento de seu domínio sobre toda a área do Delta abarcando, desse modo, um espaço interestadual bem mais abrangente do que a estreita faixa do litoral piauiense, que se alarga acompanhando o leque deltáico em direção ao Maranhão. Nesse sentido, a manutenção, retração ou ampliação dessa área de influência imediata irá depender da forma e da intensidade da inserção dessa cidade nos principais vetores de transformação regionais.

Cabe observar que entre o final da década de 70 e em meados dos anos 90 já ocorre um movimento de retração na área de influência dessa cidade.

7.2 Cenários Tendencial e Desejado

QUADRO DE CENÁRIOS		
ÁREA	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO
Marinha e Praia	<p>Aumento do trânsito de barcos de passeio turístico; Aumento da pesca profissional; Decréscimo de recursos pesqueiros Aumento do uso da praia em Luis Correia e Tutóia; Aumento na demanda por coleta de resíduos sólidos. Áreas assoreadas. Aumento da poluição por óleo e combustíveis.</p>	<p>Trânsito de barcos nos canais limitados e controlados; Pesca (profissional, artesanal e amadora) controlada. Patrimônio Paisagístico preservado; Flora e fauna conservadas; Atividades extrativistas monitoradas e controladas; Efluentes controlados; Atividades educativas permanentemente realizadas; Saneamento ambiental realizado; Ambiente litorâneo monitorado, conforme Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro GERCO). Unidades de Conservação implantadas e funcionando. Atividades produtoras de sedimentos (desmatamentos, desestabilização de dunas) controladas. Atividades de turismo monitoradas e controladas.</p>
Planícies Flúvio-marinhas	<p>Aumento da pressão por áreas para implantar fazendas de carcinicultura nos mangues; Uso inadequado dos mangues; Aumento da demanda por áreas de salgados para implantar fazendas de carcinicultura; Poluição hídrica; Avanço das dunas móveis e soterramento das lagoas; Aumento da ocupação no entorno das lagoas; Aumento na captação dos recursos hídricos nas lagoas; Perda de qualidade das águas nas lagoas. Conversão de áreas de mangue (aterramento) para</p>	<p>Equilíbrio e integridade dos ecossistemas e da biodiversidade mantidos/recuperados (aspectos funcionais dos ecossistemas mantidos e recuperados); Atividades Educação Ambiental permanentemente realizadas; Patrimônio paisagístico conservado, protegido e recuperado; Efluentes controlados; Flora e fauna manejados adequadamente; Atividades de carcinicultura controlada; (ocupação controlada); Impactos da carcinicultura já existente no salgado controlados; Atividades nas planícies ribeirinhas controladas; Qualidade dos recursos hídricos controlada; Saneamento ambiental realizado; Turismo controlado.</p>

	<p>avanço imobiliário. Perda da diversidade biológica e de serviços ambientais (processos e funções) dos ecossistemas estuarinos, mangues, restingas e salgados.</p>	
Dunas	<p>Aumento da demanda por passeios turísticos nas dunas móveis. Ocupação urbana ou periurbana nas dunas fixas; Aumento da demanda por infra-estrutura de turismo. Perda de atrativos turísticos. Extração de minerais (areias).</p>	<p>Atividades de turismo monitorada e controlada; Patrimônio Paisagístico preservado e protegido; Erosão costeira e recuo da linha de costa sob controle; Patrimônio paisagístico preservado e protegido; Biodiversidade protegida, conservada e mantida; Especulação imobiliária e expansão urbana controladas. Extração mineral monitorada e controlada. Retirada da cobertura vegetal em dunas fixas controlado</p>
Planície Fluvial	<p>Aumento da demanda por recursos hídricos; Aumento da poluição hídrica; Aumento do desmatamento; Concentração de moradias nas áreas ribeirinhas; Perda da qualidade das águas; Diminuição da pesca. Assoreamento do leito fluvial e áreas de alagamento. Impactos da mineração de areia exacerbados, produzindo sedimentos e causando danos à biota aquática; Áreas de criação e repovoamento de organismos aquáticos degradadas.</p>	<p>Extrativismo (vegetal e faunístico) monitorado e controlado; Bacias hidrográficas manejadas integradamente; Recursos florestais e faunísticos adequadamente manejados; Monitoramento da qualidade das águas permanentemente realizado; Expansão urbana nos baixos níveis de terraços fluviais controlada; Efluentes industriais e agrícolas controlados; Saneamento ambiental realizado; Áreas de berçário de espécies aquáticas protegidas. Atividades de pesca artesanal e rizicultura nas lagoas marginais planejadas e controladas. Controle da erosão e monitoramento da sedimentação em lagos e canais permanentemente efetuado. Serviços ambientais (funcionais) dos ecossistemas mantidos e controlados; Atividades de mineração monitoradas e controladas.</p>
Tabuleiros Costeiros Ocidentais	<p>Área de recarga de aquífero degradada; Ocupação urbana desordenada; Aumento da demanda por recursos hídricos; Áreas degradadas por sobrepastoreio;</p>	<p>Qualidade e quantidade das águas monitoradas e controladas; Sistema de saneamento urbano e periurbano implantados; Recursos florestais e faunísticos adequadamente manejados; Mananciais protegidos. Atividades de turismo rural implementadas, monitoradas, controladas e economicamente prósperas.</p>

		Sistemas agro-florestais implantados e economicamente prósperos.
Áreas Dissecadas	Aumento do extrativismo vegetal; Decadência da agricultura; Perda de solos. Áreas degradadas por atividades de exploração mineral.	Recursos florestais e faunísticos adequadamente manejados; Qualidade e quantidade das águas monitoradas e controladas; Práticas conservacionistas no uso da terra implementadas. Atividades de turismo rural implementadas, monitoradas, controladas e economicamente prósperos. Sistemas agro-florestais implantados e economicamente prósperos. Polígonos de produção mineral estabelecidos, atividade de mineração controlada.
Tabuleiros Costeiros Orientais	Aumento da concentração urbana; Aumento de doenças de veiculação hídrica; Aumento do desmatamento; Incremento da mineração.	Práticas conservacionistas no uso da terra definidas e implementadas. Serviços ambientais (funcionais) dos ecossistemas mantidos/recuperados; Bacias hidrográficas manejadas integradamente; Mananciais de abastecimento protegidos e controlados; Implantação de sistema de saneamento urbano e periurbano; Controle de doenças de veiculação hídrica; Controle da mineração..
Tabuleiros Interioranos	APPs ocupadas e degradadas; Grandes áreas desmatadas para produção de carvão vegetal; Diversidade biológica empobrecida; Corpos d'água e lençol freático contaminados por resíduos sólidos urbanos e agrícolas; Solos erodidos; Recursos hídricos superficiais poluídos por disposição inadequada de resíduos sólidos domésticos;	Desmatamento controlado e alternativas de uso do solo implementadas; Atividades de turismo rural implantadas e controladas; Sistemas agro-florestais e silviculturais implantados e controlados; Patrimônio paisagístico conservado, protegido e recuperado; Efluentes domésticos controlados; Qualidade dos recursos hídricos controlada; Flora e fauna manejados adequadamente; Saneamento ambiental realizado; Atividades de exploração mineral monitoradas e controladas; Equilíbrio e integridade dos ecossistemas e da biodiversidade mantidos/recuperados (aspectos funcionais dos ecossistemas mantidos e recuperados);
Planaltos	Ações erosivas exacerbadas;	Extrativismo vegetal monitorado e controlado (plantas lenhosas do

	<p>Pequenas grutas e matas contíguas, de grande valor cênico e de biodiversidade depredados; Conversão da cobertura vegetal para outras atividades.</p>	<p>cerrado); Atividades de desmatamento controladas; Recursos florestais e faunísticos adequadamente manejados; Atividades de turismo implantadas monitorada e controlada; (sítios arqueológicos). Biodiversidade protegida, conservada e mantida; Patrimônio Paisagístico preservado e protegido;</p>
--	---	--